

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

ENTRE ESTERÍOTIPOS E INVISIBILIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER TERENA NO JORNAL O PROGRESSO (2006-2025)

Gizeli Fermino Coelho
gizeli.fermino@uems.br
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS

Josiane Figueiredo Lisboa
josityfigueiredo47@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS

Eixo 3: Educação, Direitos Humanos, Diversidade e Inclusão

Palavras-chave: Mulher Terena. Imprensa e educação. Violência de gênero

RESUMO: Este trabalho analisa a representação das mulheres Terena nas reportagens do jornal *O Progresso*, de Dourados/MS, entre 2006 e 2025. Em 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), que se aplica a todas as mulheres, independentemente de origem étnica ou cultural. Mais recentemente, em fevereiro de 2025, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4381/2023, de autoria da deputada Célia Xakriabá (Psol-MG), que prevê regras específicas para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender se e como tais marcos legais influenciaram a forma como o jornal representou as mulheres Terena, evidenciando permanências, rupturas e contradições nos discursos midiáticos sobre gênero e etnicidade. A pesquisa, de natureza documental e bibliográfica, utiliza o acervo digital do periódico, com caráter analítico e descritivo. O foco está na identificação de padrões discursivos e visuais relacionados às mulheres Terena, de modo a discutir como essas imagens são construídas, refletidas e articuladas. O Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, concentra o maior número de integrantes do povo Terena, embora também haja presença significativa em São Paulo e Mato Grosso. A análise evidencia que o jornal tende a representar a mulher indígena Terena como objeto de intervenção estatal ou institucional, raramente como sujeito autônomo e politicamente ativo. Ainda que mencione ações importantes, como a tradução da Lei Maria da Penha para línguas indígenas ou a criação da Casa da Mulher Indígena, a narrativa adota tom assistencialista, reforçando a imagem da indígena como vulnerável, carente e dependente de ajuda externa. Outro aspecto recorrente é a homogeneização da identidade indígena feminina. Expressões como “mulheres indígenas” desconsideram especificidades culturais e políticas entre diferentes etnias, apagando o protagonismo de figuras reais, como lideranças femininas Terena, Guarani e Kaiowá. Além disso, há silenciamento narrativo: na maioria das reportagens, as falas são

Semana de Pedagogia e Encontro de Pesquisa em Educação de Maracaju

atribuídas a representantes institucionais (governantes, policiais, parlamentares), não às próprias mulheres indígenas. Isso compromete a autenticidade da representação e perpetua práticas discursivas de subalternização. A construção imagética e textual do jornal, embora denuncie formas de violência física e simbólica, frequentemente restringe-se à figura da “vítima”. Essa representação reforça o estereótipo da mulher passiva, fragilizada e à margem da esfera pública. Por outro lado, são pouco reconhecidas suas atuações como educadoras, ativistas, políticas ou intelectuais, o que contribui para o apagamento de formas de resistência cotidiana e da agência histórica feminina indígena. Também se observa um processo de exotização cultural. Reportagens que destacam práticas tradicionais de justiça nas aldeias tendem a apresentá-las como curiosidades ou elementos pitorescos, sem contextualização crítica. Essa abordagem reforça uma visão ocidentalizada e etnocêntrica do universo indígena, tratando-o como “outro” frente à modernidade estatal. Conclui-se que a cobertura de *O Progresso*, embora registre avanços legislativos e ações estatais, mantém discursos que silenciam, estereotipam e homogeneízam as mulheres Terena. Ao priorizar vozes institucionais e retratar a indígena sobretudo como vítima, o jornal limita a compreensão de sua diversidade cultural e de sua atuação política, reproduzindo padrões discursivos de subalternização e invisibilização histórica.